

Introdução

A intensificação dos movimentos migratórios a nível planetário e, em especial, no contexto europeu, tem conduzido a uma crescente preocupação com definir políticas comuns aos vários países, que vão no sentido da regulação dos fluxos de entrada e do incremento de medidas de integração das populações imigrantes.

Paralelamente, a população escolar proveniente destas dinâmicas de imigração tem vindo a constituir-se como objecto crescentemente importante nas agendas mediáticas, políticas e científicas. As instâncias políticas internacionais têm-se dedicado, nos anos mais recentes, a reunir informação comparativa dos diferentes países a nível dos seus sistemas de ensino. Disso são exemplos as recentes publicações centradas na escolarização dos descendentes de imigrantes produzidas pela Comissão Europeia (Eurydice 2004) e pelo Centro Europeu de Monitorização do Racismo e Xenofobia (EUMC 2004) ou outros relatórios internacionais (Entorf e Minoiu 2004; EUMC 2004; OCDE 1987, 2006) que, no seu conjunto, permitem uma aproximação às condições, trajectórias e experiências escolares destes alunos, revelando a existência de níveis diferenciados de reconhecimento, presença e integração nos sistemas de ensino.

Portugal não é excepção. A população estrangeira tem aumentado significativamente ao longo da última década, existindo hoje uma diversidade de grupos, de que se destacam os oriundos de Cabo Verde e do Brasil – em 2006, cada um destes países representava 16% da população imigrada, seguindo-se a Ucrânia com 9%, Angola com 8%, e a Guiné-Bissau com 6% (SEF 2006).

A situação nas escolas portuguesas tem reflectido este aumento. Em 2003-2004, 4,8% dos alunos que frequentavam as escolas do ensino básico e secundário eram oriundos da imigração (Giase/ME 2006a). A década de 90 marca o início das preocupações com a presença destas populações na escola, com a criação em 1991 do Secretariado Coordenador da Educação Multicultural (Entreculturas) e, desde então, para além da

informação estatística sobre a presença e o aproveitamento escolar destes alunos, investiu-se, mesmo que tenuemente, na formação de professores e na produção de materiais didácticos específicos. O governo português publicou recentemente um Plano para a Integração dos Imigrantes (*Diário da República* 2007, 3 de Maio) e nele se inscrevem dezasseis medidas específicas para o domínio da educação. Estas incluem, entre outras, a consideração do «português como língua não materna como área prioritária de formação» (art.º 31) e a intenção de «equilibrar a ‘composição étnica’ das turmas» (art.º 32).

Estas duas últimas medidas vêm ao encontro das preocupações presentes nas sociedades modernas de proporcionar, através de sistemas de ensino universais, igualdade de oportunidades aos cidadãos. De facto, a crescente presença de populações imigradas nos sistemas educativos veio renovar e intensificar o debate acerca das (des)igualdades de oportunidades na educação, tema que mais profusamente tem sido tratado na sociologia da educação.

Desde os anos 60 do século passado que os sociólogos expuseram as dificuldades dos sistemas de ensino em garantir a igualdade de oportunidades (Bourdieu e Passeron 1964; Jencks 1972). Apesar das tentativas realizadas, tanto a nível das condições de acesso como dos resultados escolares, para efectivar essa igualdade, a segregação escolar não tem deixado de se fazer sentir, assumindo, nesta fase de ampla escolarização de todos, diversas formas no interior do próprio sistema de ensino (Bourdieu e Champagne 1992).

Em Portugal, a análise das desigualdades escolares tem-se feito exclusivamente tendo em consideração as diferenças de condição social das famílias, de género ou de origem nacional, sem que se considerem, simultaneamente, as várias condições. Este facto tem obscurecido a análise do desempenho escolar dos alunos etnicamente diferenciados, pressupondo a sua homogeneização social. Como sabemos, a omissão das condições socioprofissionais e socioescolares das suas famílias, conduz a que «dificuldades que se devem mais a uma pertença de classe particular do que a determinados traços de especificidade cultural [sejam] muitas vezes interpretados ao contrário» (Machado 2002, 318).

A presente investigação procura colmatar parcialmente esta lacuna, ao pretender conhecer o desempenho escolar das crianças e dos jovens descendentes de imigrantes, em função de um leque diversificado de variáveis de ordem estrutural e processual. Pretendeu-se contribuir para um conhecimento amplo e aprofundado dos processos de diferenciação escolar e social produzidos na escola portuguesa e para a compreensão do modo

como os contextos familiares e escolares constituem um constrangimento potenciador ou redutor das possibilidades de integração escolar.

Ao homogeneizarmos as condições de classe das famílias, persistirá o tendencial maior insucesso escolar dos alunos de origem imigrante? Como explicar e compreender uma diversidade tão acentuada de desempenhos escolares, de acordo com a origem nacional das famílias? Na tentativa de resposta a estas questões, iremos, por um lado, controlar o efeito de outras variáveis estruturais nos resultados escolares dos alunos de origem imigrante e, por outro, analisar o modo como os contextos familiares e escolares se constituem enquanto elementos potenciadores (ou redutores) das possibilidades de materialização da igualdade de oportunidades propiciada pela instituição escolar nas sociedades modernas.

Mais especificamente, pretendemos conhecer e compreender os processos de construção do (in)sucesso escolar, vividos pelos alunos descendentes de cabo-verdianos e de indianos, por corresponderem, respectivamente, a situações de forte insucesso e sucesso escolares. Estando os cabo-verdianos em situação de contraste social relativamente à sociedade de acolhimento e os indianos em situação de contraste cultural, como sustenta (Machado 2002), a integração escolar e social destes últimos significará que a dimensão cultural da etnicidade assume menor relevância face à dimensão social da mesma? Ou serão justamente as especificidades culturais dos indianos que favorecem esta integração? Como se combinarão estas duas ordens de factores?

Procurando articular, por um lado, o plano estrutural com o da acção e, por outro, a influência da família, da escola e do próprio aluno no desempenho escolar, fomos conhecer as condições de cada um dos domínios e os processos em curso em cada um deles, tendo como actor principal o próprio aluno, na forma como este selecciona e gere essa influência dos contextos mais próximos (o familiar e o escolar). Assim, a par do conhecimento das condições estruturais (familiares e escolares) iremos centrar-nos nos processos (familiares e escolares) vividos por estes alunos, consubstanciados na sua experiência da escolaridade. Existirá uma diferenciação a este nível entre os dois grupos de alunos? E, em caso afirmativo, que relação se observa com a desigualdade de resultados? Analisaremos esta experiência escolar, considerando não só os apoios da família e da escola à escolaridade, as estratégias de aprendizagem adoptadas, a conformidade revelada pelos alunos em relação às normas escolares, como, ainda, o relacionamento interpessoal, incluindo a percepção da maior ou menor discriminação sentida pelos alunos em ambiente escolar.

A metodologia adoptada articula, de forma complementar, a abordagem extensiva com a intensiva no conhecimento do objecto de pesquisa. Especificamente, o estudo extensivo das condições sociais e culturais das famílias e as suas práticas de apoio à escolaridade e da experiência escolar do aluno, e o conhecimento intensivo da experiência migratória de famílias de origem cabo-verdiana e indiana, da sua relação com o país de origem, da sua trajectória, das estratégias educativas e das aspirações e expectativas em relação ao futuro dos filhos.

Para o efeito, recorreu-se, numa primeira fase, à aplicação de inquéritos por questionário a alunos do ensino básico de oito escolas da região de Lisboa (concelhos de Lisboa e de Loures) e à recolha de informação em cada uma destas escolas. Trata-se de uma amostra intencional que teve a presidir à sua constituição o critério da diversificação das condições sociais das famílias e a existência nas escolas de alunos de origem cabo-verdiana e/ou indiana. No caso das crianças de origem indiana, a amostra de alunos não fica muito aquém do universo, pois sabemos, através da informação estatística disponível, do seu baixo contingente (ver cap. 3). Foram inquiridos 837 alunos do 2.º ciclo de escolaridade (5.º e 6.º anos) e, destes, 369 foram considerados *descendentes de imigrantes* (110 alunos de origem cabo-verdiana e 109 de origem indiana e os restantes tinham outras origens).

A definição da ascendência dos alunos teve por base a naturalidade dos bisavós, dos avós e dos pais do aluno. No caso dos alunos de ascendência cabo-verdiana, seleccionaram-se aqueles em que, pelo menos, um dos pais ou avós era oriundo de Cabo Verde. No caso dos alunos de ascendência indiana, contemplaram-se aqueles em que qualquer um dos ascendentes (até aos bisavós) tivesse nascido na Índia ou em Moçambique (neste último caso, apenas quando existissem outros indicadores que remetesse para a *indianidade*). A diferença nos critérios justifica-se pelo facto de a emigração indiana para Moçambique se ter iniciado há várias gerações.

Para além do inquérito aos alunos, foram realizadas entrevistas semi-directivas a onze progenitores de crianças com origem cabo-verdiana e indiana (cinco de origem cabo-verdiana e seis de origem indiana), e concomitantemente entrevistaram-se informantes privilegiados, que incluíram quatro representantes de associações culturais ou religiosas e uma antropóloga especialista no estudo dos hindus residentes no nosso país.

O texto organiza-se em seis capítulos respeitantes a dois blocos temáticos diferenciados, apesar da articulação que existe entre ambos. No primeiro incluem-se os capítulos 1 e 2, onde se enunciam as teses em debate

em torno da (des)igualdade de oportunidades nos sistemas educativos, sistematizando o que diz respeito à situação dos descendentes de imigrantes, ao mesmo tempo que se procede à respectiva revisão da literatura neste domínio. O segundo bloco inclui os restantes capítulos e nele se apresentam e analisam os dados recolhidos sobre a realidade nacional.

Depois de traçarmos um panorama da situação dos filhos de imigrantes nas escolas portuguesas, a partir da informação estatística disponível e da investigação nacional sobre a temática, assim como de elencarmos as medidas políticas implementadas nesta área (cap. 3), damos conta da pesquisa de terreno realizada, que se centrou, não exclusivamente, mas sobretudo, na recolha e no tratamento de informação disponibilizada por docentes e alunos de escolas públicas do ensino básico (onde localizámos um contingente significativo de crianças de famílias de origem cabo-verdiana e indiana) e por progenitores de famílias com este perfil (caps. 4 a 7).

Na conclusão do trabalho, faremos um balanço dos principais contributos da pesquisa, reflectindo, a partir destes, sobre algumas orientações das políticas públicas, e indicaremos possíveis desenvolvimentos investigativos, dadas as novas interrogações encontradas.

Por último, impõe-se agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo suporte financeiro prestado à pesquisa. Agradeço igualmente ao ISCTE pela possibilidade de ter usufruído da condição de bolseira e ao CIES por todas as condições humanas e logísticas que proporcionou. Agradeço, igualmente, aos órgãos directivos das escolas envolvidas, aos seus professores, a todos os alunos (e suas famílias, que lhes permitiram participar no estudo) e a todas as famílias entrevistadas, que tão amavelmente cederam parte dos seu tempo a confienciarem «pedaços» das suas vidas. Todo o trabalho foi, ainda, muito enriquecido pelo depoimento e pelo apoio logístico de membros de associações culturais e religiosas, a quem muito agradeço: a Associação Moinho da Juventude, a Associação Templo de Shiva, a Comunidade Hindu de Portugal, o Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos da Câmara Municipal de Loures, a Delegação de Santo António dos Cavaleiros da Comunidade Islâmica de Lisboa e a Associação Cabo-Verdiana, na pessoa da Dr.^a Alcestina Tolentino. O meu agradecimento à Dr.^a Susana Bastos pela importante entrevista que me concedeu. Finalmente, e não menos importante, o meu agradecimento especial aos familiares e amigos pelo inestimável apoio prestado.